



**Câmara Municipal
de Porto
Alegre**

Proc. n° 2314/17
Req. n° 162



Senhor(a) Presidente(a):

Os vereadores que esta subscrevem requerem a Vossa Excelência que, após os trâmites regimentais, com fundamento no art. 95 do Regimento deste Legislativo e no parágrafo único do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja encaminhada a seguinte

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE/APOIO

Aos trabalhadores do Poder Judiciário estadual, que lutam pela valorização das suas carreiras.

Pelos Motivos que passo a expor:

Os vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, vêm, pela presente moção, manifestar apoio à luta dos trabalhadores da justiça estadual pela valorização das suas carreiras.

Tal moção refere-se especialmente pela não recomposição inflacionária dos últimos anos, sendo que as perdas salariais dos servidores da justiça acumulam já 70%, segundo dados do Dieese.

Além da pauta salarial, esses trabalhadores lutam contra o Projeto de Lei nº 93/2017, de autoria do Poder Judiciário, que fora recentemente enviado ao parlamento estadual.

Esse projeto pretende extinguir os cargos vagos de Oficial Escrevente dos quadros da Justiça Estadual, criando-se um novo cargo, denominado Técnico Judiciário, com as mesmas atribuições e nível de escolaridade, mas com salários distintos.

Ainda, o novo cargo que se pretende criar terá um Plano de Carreira com regras de progressões e benefícios específicos, sendo que os atuais ocupantes do cargo de Oficial Escrevente, cerca de 4.000 em todo o Estado, não terão direito a plano de carreira algum.

Não é aceitável tamanha incongruência que se pretende fazer com os atuais ocupantes do cargo de Oficial Escrevente, imprescindíveis na estrutura da máquina jurisdicional. Daqui a dez anos, um Técnico Judiciário progredirá na carreira, enquanto um Oficial Escrevente permanecerá estagnado.



Diante de tal fato, os vereadores do Município de Porto Alegre, por meio da presente moção, manifestam seu apoio às lutas desses abnegados trabalhadores do judiciário estadual por valorização profissional.

2017.

Porto Alegre, 21 de agosto de

R. Silva Roberto PSD

Solicito que esta moção seja encaminhada ao(s) destinatário(s) a seguir relacionado(s):

Sindicato dos Servidores da Justiça do RS - SINDJUS;
Associação dos Servidores da Justiça Estadual;
Assembleia Legislativa e Deputados Estaduais;
Tribunal de Justiça do RS